

# Esforço concentrado

Carlos Vieira 29.3.01

Carolina Nogueira  
Da equipe do **Correio**

**A** subcomissão do Senado Federal que vai analisar as contas das obras do metrô do Distrito Federal quer mostrar serviço. Os senadores indicados como titulares conseguiram, ontem, estender em três horas diárias a jornada de trabalho dos técnicos que vão se debruçar sobre as irregularidades detectadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU), que motivaram a criação da subcomissão pela Comissão de Fiscalização e Controle.

Apesar de ainda não terem sido oficialmente nomeados, os senadores Fernando Matusalém (PPB-RO), Moreira Mendes (PFL-RO) e Wellington Roberto (PMDB-PB) já estão articulando o trabalho à frente da subcomissão. Pelo cronograma definido ontem, os trabalhos serão realizados diariamente, das 9h às 12h, e das 14h às 21h. A ampliação no horário, que normalmente chega apenas até as 18h, pretende garantir o cumprimento do prazo de 30 dias dado pelo presidente da Comissão, senador Ney Suassuna (PMDB-PB), para a conclusão dos trabalhos.

"O Senado está entrando no mês de análise do Orçamento da União, não é nada fácil levar outros assuntos adiante nessa época. Por isso, queremos nos concentrar totalmente ao assunto agora, estudar toda a documentação e aprofundar as investigações", afirmou o senador Wellington Roberto, titular da subcomissão que deve assumir a relatoria.

Ele adiantou que, à medida que a documentação for analisada, mais informações podem ser requisitadas de outros órgãos. O senador não descarta ainda a possibilidade de convocar autoridades e especialistas para esclarecer dúvidas que surjam no processo de investigação. "Vamos lançar mão de todos os recursos que dispusermos", completou Wellington Roberto.

Os documentos do TCU que estão sendo analisados pela subcomissão são referentes a auditorias realizadas em 1997 e 2000. Apesar de aprovar as contas da obra, os pareceres detectaram gastos injustificados, realizados sem licitação. Entre os problemas apontados estão pagamentos realizados à empresa Alshtom Transportes



**AS OBRAS DO METRÔ SERÃO DEVISSADAS PELOS SENADORES: HÁ MUITAS SUSPEITAS DE FRADES, COMO CONTRATAÇÃO DE EMPRESA SEM LICITAÇÃO**

do Brasil S/A. Sem participar de concorrências públicas, a empresa recebeu pagamentos mensais que somaram quase R\$ 2 milhões. Atualmente, o TCU realiza nova auditoria nas contas do metrô.

## DEZENAS DE PROCESSOS

**M**as não é só no TCU que a obra é alvo de fiscalização. Depois de nove anos de construções, que custaram cerca de R\$ 1,3 bilhão aos cofres do governo local e da União, o metrô levantou suspeitas e motivou dezenas de processos (*lei quadro*). Essa semana, chegou à Corregedoria Geral da União denúncias de irregularidades na desapropriação de terras rurais para a construção do metrô. A ação já tramita há seis anos no Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF) e revela que a Terracap pagou 25% além dos valores dos terrenos, indenizando equivocadamente piscinas, churrasqueiras e outras benfeitorias incompatíveis com a vocação das terras.

A corregedora-geral da União, Anadyr de Mendonça, vai entrar no caso porque 49% das ações da Terracap pertencem à União. É provável que o

processo, que atualmente está na subcorregedoria, seja anexado a outras investigações contra a Terracap que já tramitam no órgão. O processo inteiro, inclusive as denúncias do metrô, deve se tornar a primeira grande operação da Corregedoria — com o auxílio de técnicos de outros órgãos federais, o órgão espera concluir mais rápido a apuração das denúncias.

Além das desapropriações irregulares que foram levadas à Corregedoria, o TCDF investiga pelo menos outras seis denúncias envolvendo o metrô — que vão desde a contratação irregular de funcionários até a aquisição de material e equipamentos sem licitação.

No Superior Tribunal de Justiça (STJ), um outro inquérito investiga, há seis anos, denúncias de desvio de verba na composição do consórcio Brasmetrô. Segundo denúncias feitas em 1994 pelo arquiteto Carlos Magalhães, secretário de Obras do governador José Aparecido, antecessor de Roriz, Roriz teria tido sua campanha eleitoral beneficiada financeiramente em troca da nomeação do consórcio. Atualmente, o processo está no Ministério Público, para elaboração de parecer.

## ONDE ESTÃO OS PROCESSOS

### CORREGEDORIA GERAL DA UNIÃO

■ Chegou essa semana à Corregedoria, que é ligada ao Palácio do Planalto, denúncias de irregularidades na desapropriação de terras rurais para a construção do metrô. De acordo com o processo, que já tramita no TCDF há seis anos, a Terracap pagou 25% a mais dos valores dos terrenos.

### SENADO FEDERAL

■ A Comissão de Fiscalização e Controle criou, há duas semanas, uma subcomissão para investigar o uso de verbas federais nas obras do metrô. Baseada em auditorias do Tribunal de Contas da União (TCU), a comissão vai apurar contratações irregulares, sem licitação, realizadas durante a obra.

### TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

■ Duas auditorias realizadas em 1997 e 2000 aprovaram com ressalvas as contas do metrô. Entre as denúncias apresentadas estão contratações

irregulares. O órgão está realizando mais uma auditoria nas contas desse ano.

### TRIBUNAL DE CONTAS DO DF

■ Entre os mais de 40 processos sobre o metrô que tramitam atualmente no TCDF, pelo menos sete são relativos à denúncias como desapropriação irregular de terras para abrigar a obra, contratos irregulares feitos durante a construção, aquisição de material e equipamentos sem licitação são alguns dos assuntos tratados.

### SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

■ Há seis anos, o governador Joaquim Roriz responde a denúncias de desvio de verba do consórcio Brasmetrô em benefício de sua campanha eleitoral. O inquérito tem como base denúncias feitas por integrantes do governo José Aparecido, antecessor de Roriz (no final da década de 80). Atualmente, o processo está com o Ministério Público para elaboração de parecer.